

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SÃO PAULO**

**Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão
Curso de Especialização: Gestão Escolar e Educacional**

PRISCILLA VILELA NUNES DOS REIS

**UM OLHAR SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS
EM UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA: A PERSPECTIVA
DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL.**

**SÃO PAULO
2016**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

**Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão
Curso de Especialização: Gestão Escolar e Educacional**

PRISCILLA VILELA NUNES DOS REIS

UM OLHAR SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS EM UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA: A PERSPECTIVA DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL.

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Lato Sensu em **Gestão Educacional e Escolar** da Faculdade de Educação, Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão – COGEAE, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, como exigência parcial para conclusão do curso.

Orientadora: Prof^a. Dra. Marília J. Marino

**SÃO PAULO
2016**

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADORA: _____

(Profa. Dra. Marilia J. Marino)

EXAMINADOR: _____

(Profa. Dra. Helena Machado de Paulo Albuquerque)

EXAMINADOR: _____

(Prof. Ms. Artur Costa Neto)

AGRADECIMENTOS

Bruno Domingues, por todo o incentivo, parceria e amor.

Professora Marília Marino, pela orientação, pelas aulas e por todos os ensinamentos ao longo do curso.

Professor Artur Costa Neto, por ser modelo e inspiração para aqueles que iniciam o caminho na educação.

Aos colegas de turma, pela troca, companhia e força nas horas difíceis.

Colegas da Escola Móbile e Escola Villare, por toda a experiência compartilhada e disposição para ensinar.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a participação do aluno nas ações coletivas da escola na perspectiva da gestão democrática através da mediação da Orientação Educacional. O estímulo à participação dos alunos na gestão democrática é uma das 20 metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Foi realizada uma pesquisa exploratória para definir o conceito de gestão escolar democrática, suas implicações no desenvolvimento dos alunos e no sucesso da instituição a partir de autores como Lück (2009; 2010) e Albuquerque (2005). A análise das funções da Orientação Educacional nos dias de hoje indica a necessidade de um trabalho de formação de indivíduos moralmente autônomos, que entendam a importância de sua participação na sociedade e que sejam capazes de questionar e transformar o mundo de maneira responsável. A partir de autores como Tognetta e Vinha (2011) e Puig, Martín, Escardíbul e Novella (2000), foram elencados alguns processos que a Orientação Educacional pode desencadear na escola de modo a favorecer a participação democrática dos alunos. Por fim, foi discutido o verdadeiro significado de democracia nas escolas, relacionando-o com as relações de poder a partir da teoria de Foucault (2007).

Palavras-chave: gestão democrática, papel do aluno, orientação educacional, gestão participativa

ABSTRACT

The goal of this thesis is to analyze the students engagement in collective actions conducted by educational institutions under perspective of democratic management through mediation Educational Guidance. Encouraging students participation in democratic management is one of the twenty targets established by “Plano Nacional de Educação” (Brazilian National Education Plan). An exploratory research was conducted to define the concept of democratic school management, its implications for the students development and for the success of institutions based on work of authors like Lück (2009; 2010) and Albuquerque (2005). The analysis of the roles of Educational Guidance presently indicates a need for an effort to develop individuals morally autonomous, who understands the importance of your participation within the society and who are able to challenge and modify the world in a responsible manner. From authors such as Tognetta and Vinha (2011) and Puig, Martin, Escardíbul and Novella (2000), were listed some procedures that Educational Guidance can promote at school in order to encourage the democratic participation of the students. Finally, it was discussed the true meaning of democracy at school, relating it to the relations of power from Foucault’s theory (2007).

Keywords: democratic management, students role, educational guidance, participative management.

O direito à educação não é apenas o direito de frequentar escolas: é também, na medida em que vise à educação e ao pleno desenvolvimento da personalidade, o direito de encontrar nessas escolas tudo aquilo que seja necessário à construção de um raciocínio pronto e de uma consciência moral desperta.

Piaget, Para onde vai a educação?

SUMÁRIO

1. Introdução	
1.1 Da trajetória pessoal-profissional ao tema de trabalho.....	9
1.2 Pergunta disparadora e o problema de pesquisa.....	10
1.3 Objetivos.....	12
1.4 Metodologia e fundamentos teóricos.....	13
2. Estilos de gestão – perspectiva democrática.....	14
3. A Orientação Educacional, seu papel na equipe gestora e o trabalho com os alunos a favor da participação escolar.....	18
4. A participação dos alunos na Gestão Escolar Democrática.....	21
4.1 A participação dos alunos no Projeto Político Pedagógico.....	23
4.2 Representatividade de alunos.....	24
4.3 Assembleias.....	25
4.4 Avaliação das práticas escolares.....	25
4.5 Participação em eventos.....	26
5. Considerações Finais	28
Referências	31

1. INTRODUÇÃO

1.1 DA TRAJETÓRIA PESSOAL-PROFISSIONAL AO TEMA DE TRABALHO

Como Orientadora Educacional, sei que muitas das experiências vividas durante a vida escolar têm um peso muito grande nas escolhas da vida adulta.

Nos meus 14 anos como estudante da Educação Básica, frequentei mais escolas do que gostaria. E todas elas tinham algo em comum: extremamente autoritárias, cultivavam a cultura da obediência. Nada podia ser discutido ou questionado pelos alunos. Quem não concordasse, deveria guardar a opinião para si, pois não havia espaço para discordância. Passei anos obedecendo regras com as quais não concordava e, muitas vezes, não entendia. Por muito tempo, achei que as relações escolares se davam entre “mandante” (escola) e “mandado” (aluno) e que nada poderia ser feito para mudar essa realidade.

Ao iniciar a graduação de Psicologia na PUC-SP, percebi que ali as coisas eram diferentes. Os alunos tinham voz, e tinham liberdade para se manifestar e participar de decisões, inclusive institucionais. E me surpreendi com o poder de argumentação dos meus colegas. Colegas estes que, diferente de mim, sentiam-se no direito de e tinham habilidade para manifestar suas opiniões! E a partir daí, percebi que meus anos escolares mergulhados na “cultura da obediência” me transformaram em uma pessoa com pouca capacidade de crítica. Uma pessoa que não se percebia como parte de uma sociedade, que tem voz e que pode provocar transformações no mundo.

Então, no último ano da faculdade, comecei a trabalhar em uma escola de São Paulo como auxiliar de Orientação Educacional do Ensino Fundamental II. Nos cinco anos que passei lá, percebi relações diferentes das que estava acostumada quando eu estava no papel de aluna: os alunos tinham direito de se manifestar, emitir opiniões, participar de decisões quanto a procedimentos da escola, regras de convivência e avaliar, inclusive, o trabalho da escola! Era muito importante naquela escola que os alunos se sentissem ouvidos. E ao longo dos anos, enquanto acompanhava o crescimento dos alunos, percebia como estas ações, que pareciam tão simples, os transformavam em pessoas

melhores, comprometidas com a sociedade e como se sentiam responsáveis pelas mudanças no mundo.

Hoje, como Orientadora Educacional, tenho cada vez mais certeza da responsabilidade inerente à essa atribuição quanto à formação dos alunos para que se sintam cidadãos pertencentes à uma sociedade democrática, possibilitando assim, que *sejam capazes de e responsáveis por* transformar a sociedade em que vivem.

Como Orientadora Educacional e psicóloga por formação, percebo que cursar Gestão Educacional foi importante para o desenvolvimento de um olhar mais cuidadoso quanto ao conceito e a importância da gestão democrática e como, a partir do trabalho do gestor, ela se manifesta na instituição.

1.2 PERGUNTA DISPARADORA E O PROBLEMA DE PESQUISA

A gestão democrática nas escolas públicas está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e na Constituição Federal de 1988, mas tem sido tema de discussões desde o movimento dos “Pioneiros da Escola Nova”, na década de 30. Embora o modelo de escola tradicional e autoritário seja extremamente criticado pelos educadores, a participação de todos no processo colaborativo da escola ainda não é uma realidade na nossa sociedade, conforme apontado por diversos autores [Ferreira, 2002; Puig, Martín, Escardíbul e Novella, 2000; Albuquerque (2005)], e pouco se tem refletido sobre a participação dos alunos neste processo (PUIG ET AL., 2000).

De acordo com Araújo (2002), escolas cujas relações entre seus membros tenham a democracia como base, criam condições para que seus alunos desenvolvam competências no lidar com a diversidade, noção de justiça, igualdade de direitos e cidadania, capacitando-os para a participação competente na vida política e pública da sociedade. Além disso, alunos que experienciam relações democráticas têm maiores condições de entender o mundo, modificá-lo, melhorar sua qualidade de vida e, principalmente, tomar decisões como cidadão consciente, conforme ressaltado por Albuquerque (2005). Dessa forma, pode-se entender a gestão democrática como uma prática que faz parte da função social da escola.

Puig et al. (2000) afirmam que a reflexão sobre a participação dos alunos no cotidiano escolar é um bom sistema para a promoção de competências relacionadas ao “currículo oculto” que toda escola ensina, muitas vezes, de forma inconsciente. Entende-se então que a participação democrática contribui para que os indivíduos experienciem situações favoráveis à sua educação moral. A discussão e resolução de problemas do cotidiano e de interesse coletivo contribuem para a construção da autonomia e pensamento crítico, por isso Silva (2002) ressalta a importância de o aluno ocupar o papel de protagonista nos esforços por mudanças sociais na escola. Cabe ao gestor, de acordo com Lück (2009), a promoção de ambientes propícios para a orientação da participação democrática nas escolas.

Considerando que uma das funções da Orientação Educacional é o acompanhamento do desenvolvimento dos alunos, cabe à Orientação Educacional a busca pela participação dos alunos neste processo. Para isso, é essencial que as escolas deixem de lado o padrão autoritário e burocrático da gestão. Escolas com essas características restringem a autonomia tanto dos educadores quanto dos educandos e se tornam “instrumento de doutrinação” (ALBUQUERQUE, 2005, p. 53).

A partir do exposto, entende-se a necessidade da Orientação Educacional, que de acordo com Lück (2010), é membro da equipe gestora escolar, propor estratégias na escola que possibilitem o acompanhamento e a participação dos alunos nas questões escolares, como forma de desenvolver a cidadania e a sua participação na sociedade. Considera-se assim, conforme discutido por Silva (2002) que o aluno é “componente essencial do processo de participação e democratização da escola” (p. 98), além de “fator indispensável para que a escola se materialize” (p. 13).

A proposta deste trabalho está em sintonia com uma das 20 metas contidas no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, que estabelece a gestão democrática da educação como uma das diretrizes para a educação nacional. Este documento prevê estimular:

(...) a participação de estudantes, pais, funcionários, professores e comunidade local na elaboração e implementação de planos de educação,

de planos e projetos políticos-pedagógicos das unidades educacionais, assim como no exercício e efetivação da autonomia dessas instituições em articulação com os sistemas de ensino. (p. 59)

De acordo com Dourado (2009), “transformar a escola em um lugar onde se desenvolvam novas experiências e competências é sua parcela de contribuição para melhorar nossa sociedade” (p. 17). Este é o objetivo deste trabalho: envolver os alunos nas questões da escola para que eles aprendam a importância de sua participação na sociedade, tendo no horizonte a articulação entre todos os segmentos da Unidade Educativa.

1.3 OBJETIVOS

GERAL

O objetivo deste trabalho é lançar um olhar à participação do aluno nas ações coletivas da escola, na perspectiva da gestão democrática, através da mediação da Orientação Educacional.

ESPECÍFICOS

- Definir o conceito de gestão educacional democrática;
- Levantar estudos sobre a função da Orientação Educacional dentro do contexto atual de educação;
- Investigar estratégias de ação da escola que favoreçam a participação dos alunos na gestão democrática;
- Refletir sobre os efeitos da participação dos alunos neste estilo de gestão;
- Contribuir para os estudos na área, a partir das reflexões realizadas.

1.4 METODOLOGIA E FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A natureza da investigação caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica exploratória pautada no levantamento de estudos que investigam as formas de participação escolar dos alunos, considerando as obras de Tognetta e Vinha (2011) e Puig et al. (2000).

No primeiro capítulo, serão definidas as características da gestão escolar democrática, diferenciando-a de outros estilos de gestão, considerando a perspectiva de autores como Lück (2009; 2010) e Albuquerque (2005).

O segundo capítulo, baseado principalmente em estudos de Grinspun (2005; 2011), descreverá o histórico da Orientação Educacional no Brasil e suas funções e desafios nos dias de hoje.

No terceiro capítulo, serão discutidas estratégias baseadas na literatura que favoreçam a participação dos alunos nas ações escolares, considerando a perspectiva da gestão democrática e suas implicações para o desenvolvimento da autonomia moral.

Nas Considerações Finais, busca-se discutir o verdadeiro significado de democracia, considerando as relações de poder na escola e é proposto um novo olhar para a função da Orientação Educacional.

2. ESTILOS DE GESTÃO ESCOLAR – A PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA

O papel assumido pela gestão educacional vai além de administrar, supervisionar e orientar o processo educacional. O gestor educacional tem como característica inerente à sua função a liderança. A este líder cabe a mobilização, orientação e coordenação de sua equipe em direção à melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

É a equipe gestora que determina a identidade da gestão e do projeto político pedagógico (PPP) da instituição, a partir do ideal de educação que se deseja e que requer estar afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas (LÜCK, 2009). A forma de gestão exercida pelas instituições reflete a concepção de educação que cada uma delas têm, de acordo com Albuquerque (2005). É preciso, portanto, que as práticas da escola estejam de acordo com a concepção de educação presente no projeto político pedagógico da instituição. Lück, Freitas, Girling e Keith (2012) argumentam que a ênfase na gestão escolar democrática é “coerente com as tendências mundiais para a educação” (p. 27).

De acordo com artigo publicado pela UNICEF em seu site em novembro 2010, “a gestão democrática nas escolas é um dos caminhos mais importantes para se alcançar a qualidade da educação”. Estudos de Lück (2009) indicam que a liderança na gestão escolar é “um dos fatores de maior impacto sobre a qualidade dos processos educacionais” (p. 25).

A gestão democrática nas escolas acontece através da participação das famílias, de estudantes, professores, funcionários e pessoas da comunidade e tem como objetivo o acompanhamento das questões escolares através de discussões coletivas para tomada de decisões para melhorias no ensino. Albuquerque (2005) alerta que a escola não pode ser considerada como um ambiente educativo se não contar com a participação de todos em sua gestão. Uma escola cujos participantes não fazem parte da gestão, ou seja, uma escola autocrática ou centralizadora tende a ser um ambiente alienador para os educandos.

Lück (2009) afirma que o princípio da gestão democrática nas escolas é a participação ativa dos educadores e da comunidade escolar, de modo a

garantir a qualidade da educação. Os princípios da gestão democrática, expressos no artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), estabelecem, entre outros itens, a participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes.

A gestão democrática garante a aproximação entre escola, pais e comunidade na promoção da educação. Ela tem como objetivo a construção de um bem comum, demanda da própria prática democrática (LÜCK, 2009). É através da gestão democrática que a instituição tomará consciência do contexto em que ela está inserida e de suas necessidades e condições. Nesse sentido, quanto maior a participação da comunidade, maior seu comprometimento nas questões escolares e maiores as possibilidades de acerto nas decisões a serem tomadas e efetivadas na escola, conforme afirma Albuquerque (2005):

Ouvir a comunidade, estimular sua fala é uma atitude que deve ser reproduzida em relação a todos os segmentos da escola, quando a intenção é uma gestão democrática, o envolvimento e participação de todos. Sem deixar falar e sem ouvir, como saber o que os alunos (...) pensam e esperam da escola? (...) Ela deve partir da realidade. (...) Os sonhos e as expectativas precisam dos dados da realidade para serem viabilizados. (p. 61)

É unanimidade entre diversos autores (Dourado, 2001; Albuquerque, 2005; Lück, 2009; Paro, 2007) que o primeiro passo para tornar viável a participação da comunidade escolar é a construção de um projeto político pedagógico coletivo, de forma com que todos os envolvidos (professores, alunos, pais, funcionários etc.) sintam-se responsáveis por sua construção, acompanhamento e, principalmente, por sua execução. Dourado (2007) destaca a importância da participação efetiva dos professores, coordenadores, supervisores, orientadores educacionais, demais funcionários, alunos, pais e comunidade local, na defesa e na implementação de mecanismos que visem realmente efetivar esse novo processo de gestão, com o qual “o exercício democrático expresse as possibilidades de construção de uma nova cultura escolar” (p. 160).

Albuquerque (2005) considera a participação democrática como um processo que favorece o crescimento dos envolvidos como seres humanos, “como cidadãos conscientes e competentes para exercer sua cidadania” (p. 84). Ela tem uma função educativa. Estimular a ação participativa é contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade democrática que promove transformações sociais. Quando a escola cria mecanismos de participação da comunidade escolar, ela atua a favor da formação de indivíduos críticos e participativos, conscientes de suas responsabilidades nas tomadas de decisões, que são capazes de construir propósitos comuns através do diálogo. Puig et al. (2000) qualificam uma escola como democrática quando ela contribui para o preparo do aluno para viver em uma sociedade democrática.

Lück (2009) enfatiza que a participação da comunidade escolar na gestão democrática deve ir além da participação em órgãos colegiados. A participação escolar depende, de acordo com Albuquerque (2005), da autonomia daqueles que educam. Cabe então aos gestores a promoção e o estímulo à participação da comunidade em situações e atividades no cotidiano da escola que permitam o estreitamento das relações entre comunidade e escola, na melhoria de qualidade dos processos educacionais, dentre outros aspectos que são determinantes no aumento da qualidade do ensino.

Apesar de todos os benefícios trazidos pela participação dos alunos nos processos escolares, muitas escolas ainda adotam um discurso democrático com práticas autocráticas. Tognetta e Vinha (2011) afirmam que muitas das discussões são “encaminhadas” pela escola de forma com que as decisões sejam elaboradas pelos alunos da maneira que ela julga ser mais conveniente, ou seja, é um falso processo democrático. Algumas instituições, ao mesmo tempo em que praticam um discurso democrático, valorizam o ensino da obediência, da submissão e do não-questionamento. O perigo da educação autoritária, segundo estas autoras, é que ela gera “indivíduos submissos, conformistas, obedientes a uma autoridade, mantendo altos níveis de heteronomia” (p. 128).

Nessa perspectiva, é essencial a investigação de como a Equipe Gestora – no caso deste trabalho, a Orientação Educacional – pode trabalhar

de forma a criar oportunidades de participação dos alunos na gestão democrática.

3. A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL, SEU PAPEL NA EQUIPE GESTORA E O TRABALHO COM OS ALUNOS A FAVOR DA PARTICIPAÇÃO ESCOLAR

De acordo com dados da Secretaria da Educação, a Orientação Educacional surgiu como profissão no Brasil em 1924, a partir da preocupação com a escolha profissional dos jovens, influenciada pelo modelo de Orientação Educacional da França e dos Estados Unidos. Ao longo dos anos, sua função foi ampliada, passando a abranger a orientação escolar e, mais adiante, a considerar o orientando em si, em sua totalidade.

Foi regulamentada em 1968 a profissão de Orientação Educacional no Brasil através do Decreto nº 72.846, que atribui a este profissional, dentre outras funções, I) o planejamento e coordenação do Serviço de Orientação Educacional em nível de escola e comunidade; II) coordenação da orientação vocacional do educando, incorporando-o ao processo educativo global, através de informação educacional e profissional e de sondagem de interesses, aptidões e habilidades; III) sistematização do processo de acompanhamento dos alunos, fazendo encaminhamentos a especialistas quando necessário; iv) participar no processo de identificação das características básicas da comunidade, da caracterização da clientela escolar, da elaboração do currículo pleno da escola, de acompanhamento e caracterização de turmas e grupos, no processo de avaliação e recuperação dos alunos e no processo de integração escola-família-comunidade.

A partir de então, por muito tempo, a Orientação Educacional ocupou-se do atendimento de alunos com problemas de aprendizagem ou de comportamento, com um enfoque mais psicológico do que pedagógico. O objetivo era ajustar este aluno visto como “problema” às demandas da escola.

Com a democratização do ensino instituída na Constituição Federal de 1988, a educação obrigatória e gratuita tornou-se um dos direitos públicos fundamentais, sendo imperativa, então, a igualdade de condições para o acesso à educação e permanência na escola. Dessa maneira, passou a ser dever da família, sociedade e do Estado o cuidado para que a educação pública não fosse excludente e seletiva. Scapin (2005) relaciona este momento

com uma mudança nas estruturas escolares para que concepções metodológicas fossem aprimoradas, de forma a garantir essa democratização. A partir daí, foi necessário um novo enfoque da Orientação Educacional: se até aquele momento a preocupação era com o ajustamento do ‘aluno-problema’ à escola, a partir de então, a ênfase passa a ser na “transformação do sujeito, da escola e da própria sociedade” (GRINSPUN, 2005). A Orientação Educacional passa a ser oferecida para todos os alunos, e não apenas àqueles que apresentam mais dificuldades na escola.

Embora seja dado um enfoque coletivo ao trabalho atual da Orientação Educacional, é importante que não se deixe de vista que o coletivo é formado por pessoas. A formação da cidadania dos alunos e a construção da subjetividade também fazem parte das atribuições da Orientação Educacional (GRINSPUN, 2011).

Atualmente, o orientador educacional é o principal responsável pelo desenvolvimento pessoal e pedagógico dos alunos na escola, sendo seu principal papel o da **mediação**. Esta mediação dá-se tanto entre instituição e famílias quanto entre alunos e educadores da escola. No primeiro caso, a Orientação Educacional tem como função manter o diálogo com as famílias de forma a articular expectativas, realidade, contexto no qual a comunidade está inserida e cultura escolar. No segundo caso, sua função é dialogar com os diversos educadores de maneira a contribuir com a qualidade do ensino e da aprendizagem. A função mediadora da Orientação Educacional já tem um caráter democrático, uma vez que seu objetivo principal é o diálogo e, conseqüentemente, o trabalho cooperativo.

Grinspun (2005) considera um desafio a educação de crianças e jovens em um mundo em ritmo crescente de mudanças e transformações. O orientador educacional deve estar comprometido com a análise de como as mudanças na sociedade atual podem influenciar no desenvolvimento dos alunos. É essencial que ele compreenda criticamente as relações estabelecidas no processo educacional através de um trabalho interdisciplinar, buscado através de uma construção coletiva de currículo. Esta autora defende que o orientador educacional deve se engajar no auxílio à elaboração do projeto político pedagógico da escola, comprometido com a formação do sujeito

a partir do processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma o trabalho em equipe com os professores é essencial.

Dourado (2002) discute a necessidade de uma reorganização escolar dos mecanismos de participação dos seus integrantes. Este autor acredita na construção diária da gestão, particular para cada realidade, sempre atrelada ao projeto político-pedagógico voltado para melhoria da capacidade humana. Para isso, entende que os participantes devem conhecer as leis, participar das construções e atuar coletivamente.

A escola não é apenas reprodutora da estrutura da sociedade. Freire (2002) ressalta que ela é um espaço de trabalho e assim, pode também mobilizar todos os atores da comunidade educativa para refletir sobre sua condição e abrir possibilidades de re-criação. As questões sociais têm reflexo dentro da escola, é seu dever, portanto, preparar seus alunos para análise, discussão, reflexão dessas questões pertinentes à sociedade atual. Cabe à Orientação Educacional a criação e/ou fortalecimento de ambientes e situações que favoreçam a participação dos alunos na gestão educacional, um exercício de cidadania. Conforme explicitado por Grinspun (2011):

A Orientação Educacional busca trazer para a escola, junto aos alunos, a função política da educação, promovendo situações e atividades (como o grêmio, a representação de alunos e outras mais) que propiciem a vivência e a dimensão política da própria sociedade. (pp. 101 e 102)

Trabalhar a participação dos alunos nestes processos significa, para Grinspun (2011) o trabalho com o desenvolvimento pessoal dos alunos, construindo sua identidade pessoal, grupal, de conhecimento de si, do mundo e de sua realidade social, articulando suas ações junto à equipe gestora, como integrante da mesma, com os professores, funcionários, famílias e comunidade local.

4. A PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS NA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

Estudiosos do desenvolvimento moral valorizam o trabalho na escola que favoreça a participação dos alunos nas ações escolares. Tognetta e Vinha (2011) defendem que os alunos devem participar da vida escolar de forma democrática, pois é dessa forma que é desenvolvida a capacidade para participação social, considerando a dimensão coletiva na qual estamos inseridos.

A educação moral se dá a todo instante na vida dos indivíduos e, no caso de crianças e adolescentes, cuja personalidade ainda está em formação, grande parte dessa educação se dá na escola, através das relações estabelecidas nela. A forma como os indivíduos se relacionam na escola tem grande influência no desenvolvimento da moralidade de cada aluno.

Para que fique clara a relação entre a participação dos alunos na gestão democrática e o desenvolvimento da moralidade, é importante que seja esclarecido o conceito de moralidade considerado neste trabalho.

A partir da perspectiva da Psicologia do Desenvolvimento e baseado em Jean Piaget, La Taille (1992) define a moralidade como mais do que a interiorização de ideias e padrões impostos pela sociedade.

A moralidade passa por três estágios: anomia, heteronomia e autonomia. Enquanto na etapa de anomia não há interesse nas relações coletivas, a heteronomia é derivada de relações de coação, em que há deformidade na assimilação das **razões** de diversas regras. Ou seja, “tudo é dever e obediência ao dever” (LA TAILLE, 1992, p. 60).

Para La Taille (1992), a coação (uma forma de autoritarismo) presente no estágio de heteronomia é condição necessária para o desenvolvimento da moralidade, pois é a partir dele que surge o sentimento de obrigatoriedade, a noção do dever. No decorrer do desenvolvimento, ocorre uma transferência desse “sentimento primitivo de respeito para ideias sociais” (p. 62).

O último estágio da moralidade, a autonomia moral, está relacionado com o respeito mútuo e com a consciência e respeito às regras, que só podem ser atingidos através da aquisição de certas estruturas mentais, desenvolvidas

a partir de relações de cooperação. Quando “o bem determina o dever” (LA TAILLE, 1992, p. 61) de um indivíduo, este é considerado moralmente autônomo.

La Taille (1992) é categórico ao afirmar que nem todos chegam ao estágio de autonomia moral. Muitos passam a vida adulta sem desenvolver a autonomia moral, no estágio da heteronomia. Entretanto, é essencial que os indivíduos cheguem à esse estágio, pois é a partir dele que o mundo democrático é construído e consolidado. Portanto, fica clara a importância um trabalho na escola que estimule o desenvolvimento da autonomia moral.

Tognetta e Vinha (2011) entendem que alunos inseridos em ambientes democráticos têm maior autoregulação do que em ambientes autocráticos, caminhando, assim, em direção à maior autonomia moral e exercício da liberdade responsável. Isso acontece porque indivíduos tendem a agir com maior responsabilidade em situações cujas decisões foram tomadas com a participação deles. No caso da construção de uma regra, por exemplo, a infração à norma não seria entendida somente como um desrespeito à autoridade – no caso de uma gestão autocrática -, mas sim como contrária à função que a regra exerce para as pessoas que fazem uso e decidiram por ela.

Discussões coletivas são, ainda para Tognetta e Vinha (2011), um processo de negociação constante: há necessidade de análise, revisão e reelaboração das decisões o tempo todo. Ou seja, a participação não se dá apenas na tomada de decisão. Diversos autores que enfatizam a importância da participação dos alunos nas ações escolares entendem que ela deve acontecer além do momento da informação e da decisão: para eles, é necessário que os alunos estejam engajados em situações de diagnóstico, elaboração de estratégias de ação, execução e avaliação [Tognetta e Vinha (2011), Lück (2009), Dourado (2009) e Albuquerque (2005), por exemplo].

Segundo Puig et al. (2000), as instituições escolares devem apresentar fórmulas originais para a implementação da democracia, e não reproduzir apenas mecanismos democráticos usados pela sociedade, visto que escola e sociedade têm funcionamentos diferentes. A participação dos alunos deve-se dar a partir das atividades cotidianas do fazer pedagógico da escola, embora essas atividades dependam de uma estrutura escolar que favoreça

procedimentos de autonomia, justiça e diálogo (PUIG ET AL., 2000). Além disso, conforme explicitado por La Taille (1992), devem partir de relações de cooperação e assimétricas.

Dourado (2009) elenca algumas estratégias fundamentais para a criação e/ou fortalecimento de ambientes que favoreçam a participação. Dentre elas, destacam-se:

Estar atento às solicitações da comunidade; ouvir com atenção o que a comunidade tem a dizer; delegar responsabilidades (...); mostrar a responsabilidade e a importância do papel de cada um para o bom andamento do processo; (...); respeitar as decisões tomadas em grupo; (...); tornar a escola um espaço de sociabilidade; valorizar o trabalho participativo; (...); submeter o trabalho desenvolvido na escola às avaliações da comunidade (...) (pp 37-38).

Lück et al. (2012) enfatizam o cuidado em envolver os alunos nas questões que sejam de sua competência e interesse. Tognetta e Vinha (2011) ressaltam que as decisões a serem tomadas pelos alunos devem ser adequadas ao seu desenvolvimento, pois eles precisam ser capazes de avaliar as consequências de suas opções e atitudes. Estes dois pontos são essenciais para que os alunos sintam-se motivados à participar do cotidiano escolar.

Baseado nas ideias expostas neste capítulos, serão descritos a seguir alguns exemplos de processos que a Orientação Educacional pode promover na escola de modo a favorecer a participação dos alunos.

4.1 A participação dos alunos no Projeto Político Pedagógico:

Gonçalves (1998) define projeto político pedagógico (PPP) como movimento e documento. O PPP reflete a situação da escola em determinado momento da história, a partir de discussões, análise, tomada de decisões, direcionamento e acompanhamento das ações e de avaliação contínua. De acordo com a LBD, é um documento criado coletivamente, por professores, funcionários, alunos, famílias, por toda a comunidade escolar, que requer ser conhecido por todos e sua execução acompanhada pela comunidade. O PPP é um espaço político e deve estar previsto nele a participação da comunidade

escolar. Albuquerque (2005), em sintonia com os ditames da LDB, define o PPP como “expressão da autonomia da escola” (p. 56), instrumento para tornar viável a construção de uma gestão democrática, que depende do envolvimento de todos.

Gripsun (2011) defende a participação da Orientação Educacional na construção do PPP da escola. Uma das suas contribuições neste processo está relacionada com o seu conhecimento da realidade dos alunos nas discussões referentes às práticas pedagógicas, buscando soluções que alinhem realidade e prática. Portanto, a Orientação leva ao PPP as verdadeiras demandas dos alunos, que só são conhecidas a partir do acompanhamento de seu cotidiano.

Puig et al. (2000) ressaltam a necessidade dos alunos conhecerem adequadamente o projeto político pedagógico de suas escolas e terem a possibilidade de intervir a fim de determinar seus objetivos.

O estímulo à participação dos alunos no projeto político pedagógico desenvolve, entre outras coisas, a capacidade de criticar e fundamentar opiniões, além de assumir responsabilidade pelas escolhas. A participação dos alunos na elaboração do PPP reflete as demandas deste público, além de suas expectativas e interesses. De acordo com Albuquerque (2005), esta é a maneira de alinhar as expectativas com a realidade da escola, garantindo um maior envolvimento de seus participantes no cotidiano escolar.

4.2 Representatividade de alunos

O trabalho com representantes de classe ou grêmios estudantis permite a discussão de temas que ultrapassam a sala de aula, que não são possíveis de serem discutidos com todos os alunos (PUIG ET AL., 2000). Representantes são escolhidos pelos próprios alunos, o que já é um exercício de democracia.

Segundo Dourado (2009), a representação depende de uma organização política dos alunos que os permita a busca por seus direitos,

participando das discussões do cotidiano escolar e em seus processos decisórios.

Ao representante de classe cabe aprender o que significa representar um grupo. De acordo com Tognetta e Vinha (2011), estes alunos devem compreender a importância da representação do coletivo. Observar o que é melhor para o coletivo, e não apenas para ele, desenvolve uma visão mais cidadã, um olhar crítico que busca um bem maior, ao invés de uma conquista isolada.

4.3 Assembleias

Dourado (2009) defende que o diálogo é um dos princípios da convivência democrática. A assembleia é um momento destinado à reflexão coletiva, de tomada de consciência para que seja possível a transformação do que seus membros avaliam ser necessário (PUIG ET AL., 2000). Segundo Tognetta e Vinha (2011), a assembleia é um espaço para exercício e aprendizagem da cidadania.

A prática da assembleia regula a vida coletiva na sala de aula ou na escola, uma vez que todos participam para sua melhoria e depois são responsáveis por “levar a cabo os acordos elaborados conjuntamente” (PUIG, 2000, p. 87). De acordo com Tognetta e Vinha (2011), a prática de assembleias favorece a transformação da realidade educativa. Isso se dá a partir do diálogo e da possibilidade de todos poderem expressar suas opiniões.

Ao participar das assembleias, os alunos fortalecem seu olhar para o outro, estabelecendo relações mais éticas e mais cooperativas. Olhar para o coletivo permite que o aluno tenha condições de ter um papel ativo na elaboração das regras e dos combinados.

4.4 Avaliação das práticas escolares

A avaliação das práticas escolares é um mecanismo que pode ser usado para melhoria da participação dos alunos na vida escolar e para melhoria da

qualidade do serviço educacional. Segundo Puig et al. (2000), este tipo de avaliação permite identificar melhorias na possibilidade de participação dos alunos. É um momento de tomada de consciência do que realmente acontece com a escola, se está de acordo com o pretendido.

Avaliações permitem a busca e a reflexão de estratégias de modificação de aspectos que precisam ser melhorados na instituição e são importantes para que os alunos possam manifestar suas opiniões acerca dos resultados das práticas escolares.

4.5 Participação em eventos

A participação dos alunos em eventos escolares estimula o sentimento de coletividade, essencial em um processo democrático, e de participação na vida escolar. Puig et al. (2000) defendem uma participação que vai além da presença no evento: é importante a participação no planejamento e preparação através de reuniões coletivas.

Cabe considerar que os processos de participação dos alunos nas questões escolares não podem estar desvinculados com a prática dos professores no dia-a-dia. La Taille (1992) enfatiza que a educação moral não deve estar restrita a uma aula específica, devendo estar integrada com a vida escolar.

Percebe-se, a partir daí, a importância de se ter em vista que, como integrante da equipe gestora, a Orientação Educacional, entre suas atribuições, precisa participar da formação continuada dos professores. Mais do que apenas uma função na estrutura escolar, a Orientação Educacional é uma perspectiva que tem no horizonte o desenvolvimento do aluno nas dimensões em que se dão as diferentes aprendizagens: cognitivas, sócioafetivas, ético e morais. Para isso, é essencial que seja priorizado na formação do professor o olhar do educador. Uma nova cidadania se constrói com a atuação conjunta de todos os segmentos da unidade educativa e de modo especial, os professores precisam ser parceiros nos processos apontados acima, o que pede

sincronicidade entre três dimensões essenciais para a caminhada de se fazer educador (PLACCO, 1994):

- a dimensão política, que pela relação ética do educador com a realidade social mais ampla, leva-o a buscar a coerência entre o que faz e a realidade concreta do aluno;

- a dimensão humanística-relacional, que pela relação socioafetiva e cognitiva que o educador busca construir com os alunos, com o grupo-classe e com o grupo de educadores, pode garantir um trabalho integrado e cooperativo na Escola; e,

- a dimensão técnica, em que apropria-se de seu campo de saber, aprimora o planejar e avaliar, tendo em vista o Projeto Político Pedagógico e o desenvolvimento dos educandos. Afinal, o professor não apenas “ensina”, mas forma pessoa; impacta sua subjetividade e intersubjetividade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo investigar a participação do aluno nas ações coletivas da escola na perspectiva da gestão democrática, através da mediação da Orientação educacional.

Buscou-se mostrar que a gestão democrática nas escolas vai além do compartilhamento de decisões administrativas, envolvendo a participação de todos os envolvidos no processo educativo. Tomar ciência, diagnosticar, discutir e decidir garantem uma maior responsabilização dos participantes no cotidiano escolar.

A participação dos alunos nas ações escolares é de extrema importância para seu desenvolvimento moral e, conseqüentemente, para o desenvolvimento de cidadãos comprometidos com a sociedade. Considerando que vivemos em uma sociedade democrática, uma escola que não age dessa maneira tende a ser um ambiente alienador.

Embora a literatura sobre gestão democrática valorize a participação dos professores e da comunidade nas questões escolares, os trabalhos que abordam a participação dos alunos de forma mais enfática são da área da Psicologia da Educação. Este dado ressalta a importância do trabalho do orientador educacional na equipe gestora da escola, uma vez que é ele quem tem suas atenções voltadas para o desenvolvimento dos alunos.

A literatura mostra uma participação dos alunos na escola bastante relacionada com as questões interpessoais e com discussões sobre regras, e pouco voltadas para tomada de decisões coletivas ou relacionadas a questões mais gerais. É importante que os educadores estejam atentos para que não seja dada aos alunos a possibilidade de participação apenas quando lhe for conveniente, ou seja, quando os problemas e as resoluções são de interesse dos educadores. Isso não é democracia. Por outro lado, nem todas as decisões são negociáveis. Deve ficar claro que a democracia não está em todo o lugar: os alunos não têm condições de participar de determinadas decisões, como contratação e demissão de docentes, escolha das disciplinas que serão dadas, ou questões trabalhistas e financeiras, por exemplo. Assim como na vida real, conforme citado por Araújo (2004), que relembra que em uma sociedade

democrática contém espaços e níveis de responsabilidades que precisam ser respeitados.

Para Foucault (2007), em nenhuma sociedade existe divisão entre os que têm e os que não têm poder. Existem **relações de poder**. O poder se exerce ou se pratica, em diferentes níveis, e não se refere apenas à dominação.

Nessa perspectiva, a escola de gestão democrática valorizar a participação dos alunos não significa “dar poder aos alunos”, uma vez que mesmo em uma situação em que não seja oferecido espaço para sua participação, ainda assim eles detém um certo poder.

O cuidado que as instituições escolares precisam ter em relação ao poder refere-se ao poder exclusivamente repressor que elas podem exercer sobre os alunos. Este poder repressor pode gerar indivíduos heterônomos ou “rebeldes”, o que implicaria na necessidade de uma vigilância constante por parte da escola (poder disciplinador), ou pior, pode gerar o que Foucault (2007) chama de “homens dóceis politicamente”.

Cada instituição escolar expressa valores e ideias nos quais acredita. Uma escola comprometida na formação de alunos que se sintam parte da sociedade e usem seu potencial a favor dela precisa se comprometer com a formação de cidadãos moralmente autônomos, assumindo a tarefa de formar indivíduos capazes de questionar e, conseqüentemente, transformar o mundo de forma responsável e competente. Uma escola preocupada com a educação de seus alunos deve envolvê-los nas ações escolares, como forma de conhecer sua realidade e intervir de forma a melhoria constante da educação.

Com este trabalho, espera-se contribuir para um olhar mais amplo da Orientação Educacional no que se refere ao desenvolvimento de seus alunos. Não há dúvidas que já não cabe mais uma Orientação Educacional nas escolas que cuide apenas dos alunos que apresentam algum tipo de dificuldade pedagógica ou comportamental. Há uma perspectiva que se abre, nesse sentido, para que a Orientação Educacional trabalhe em conjunto com a Coordenação Pedagógica, responsabilizando-se pela formação continuada do professor/educador. É essencial que a Orientação Educacional se engaje na implementação de práticas democráticas com os alunos na escola e que esta

ideia seja valorizada pela equipe gestora e pelo corpo docente, que assim, não se faz apenas professor, mas educador, que também assume a dimensão de quem orienta enquanto ensina.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Helena Machado de Paulo. **Gestão, Projeto Pedagógico e compromisso: compartilhando saberes**. Fazendo educação continuada. São Paulo: Editora Avercamp, 2005.

ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. **As assembleias escolares e o processo de democratização de uma escola pública de ensino fundamental**. XI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, Goiânia, Maio/2002.

_____. **Assembleia escolar: um caminho para a resolução de conflitos**. São Paulo: Moderna, 2004.

BRASIL. Decreto nº 72.846, de 26 de Setembro de 1973, Regulamenta a Lei nº 5.564, de 21 de dezembro de 1968, que provê sobre o exercício da profissão de orientador educacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 set. 1973. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d72846.htm (acesso em 01/04/2016).

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm (acesso em 01/04/2016).

_____. Planejamento a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional da Educação. **Ministério da Educação**, 2014. Disponível em http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf (acesso em 13/04/2016).

DOURADO, Luiz Fernandes. **Progestão: como promover, articular e envolver a ação das pessoas no processo de gestão escolar?** Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

_____. A gestão democrática e a construção de processos coletivos de participação e decisão na escola. In: AGUIAR, Márcia Ângela da S. e FERREIRA, Naura Syria Carapeto (orgs.). **Para onde vão a orientação e a supervisão educacional?** 4 ed. São Paulo: Papirus, 2007.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Gestão Democrática da Educação para uma Formação Humana: conceitos e possibilidades. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, p. 167-177, fev./jun. 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Editora Graal, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa**. 24ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002

GONÇALVES, Carlos Luiz. Projeto Pedagógico: movimento-documento. In: **Educação Continuada: a experiência do Polo 3**. Mogi das Cruzes, SP: UMC/FAEP/Litteris, 1998, p.24-30.

GRINSPUN, Mirian Paura S. Zippin. O papel da Orientação Educacional diante das perspectivas atuais da escola. In: GRINSPUN, Mirian Paura S. Zippin (org.). **Supervisão e Orientação Educacional – perspectivas de integração na escola**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **A Orientação Educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LA TAILLE, Yves de. Desenvolvimento do Juízo Moral e Afetividade na Teoria de Jean Piaget. In: LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. 10ª ed. São Paulo: Summus, 1992.

LÜCK, Heloísa; FREITAS, Kátia Siqueira de; GIRLING, Robert; KEITH, Sherry. **A escola participativa – O trabalho do gestor escolar**. 10ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

_____. **Liderança em gestão escolar**. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Escolar, Democracia e Qualidade do Ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

PLACCO, Vera Maria N. de Souza. **Formação e Prática do Educador e do Orientador – confrontos e questionamentos**. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

PUIG, Josep M., MARTÍN, Xus, ESCARDÍBUL, Susagna e NOVELLA, Anna M.. **Democracia e participação escolar – propostas de atividades**. São Paulo: Moderna, 2000.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **A orientação educacional no sistema de ensino do Estado de São Paulo**, 1997.

SCAPIN, Rosy Rosalina. Começo... Tropeços... Recomeços... In: GRINSPUN, Mirian Paura S. Zippin (org.). **Supervisão e Orientação Educacional – perspectivas de integração na escola**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Adejáira Leite da Silva. **A participação do aluno no processo da gestão democrática escolar: coadjuvante ou protagonista?** Um estudo de caso. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso. 2002.

SILVA, Nilson Robson Guedes. Gestão Escolar Democrática: uma contextualização do tema. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 5, n. 6 p. 91-106, jan/jun, 2009.

TOGNETTA, Luciene Regina Paulino; VINHA, Telma Pileggi. **Quando a escola é democrática: um olhar sobre a prática das regras e assembleias na escola**. 2ª ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

UNICEF. Gestão democrática na educação. **Rádio pela infância**. Novembro/2010. Disponível em [HTTP://www.unicef.org/brazil/pt/RPINovembro/2010.pdf](http://www.unicef.org/brazil/pt/RPINovembro/2010.pdf) (acesso em 01/06/2015).